

ARTIGOS

A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão

Régia Agostinho da Silva¹

Resumo

Este artigo analisa duas obras de Maria Firmina dos Reis: o romance *Úrsula* (1859) e o conto “A escrava” (1887), em que a autora maranhense, nascida em São Luís, em 1825, discute a relação entre senhores e escravos, colocando-se como uma voz abolicionista no Maranhão do século XIX. Na análise dessas duas obras, procura-se também discutir a autoria feminina no Brasil ao longo do século XIX.

Palavras-chave

Literatura; história; escravidão; escrita feminina.

Abstract

The present article focuses on two works of Maria Firmina dos Reis: the novel *Úrsula* (1859) and the short story “The slave” (1887). In these writings, the author, who was born in São Luís, Maranhão, in 1825, discusses the relation between gentlemen and slaves, placing herself as a abolitionist voice in Maranhão as of the 19th century. The analysis of these two works has also considered the feminine authorship in Brazil throughout that period.

Keywords

Literature; history; slavery; feminine writing.

Introdução

Era uma vez uma princesa, presa em um castelo... não apenas presa em um castelo... mas presa na mais alta torre dele. Ela tinha medo de altura e não tinha tranças enormes para jogar pela minúscula janela que iluminava a torre que a prendia. Só lhe restava esperar pelo príncipe, aquele sobre quem ela havia lido nos vários livros da infância. Aquele que todos diziam que era encantado. Ela sempre havia pensado muito sobre isso. A palavra “encantado” era para ela cercada de mistérios. O que seria de fato um príncipe encantado? Maravilhoso? Enfeitiçado? Fantástico? Sobre ele... ela sabia que deveria ser bravo e forte, que deveria vir montado em um cavalo branco. Por que branco, nunca se perguntara... devia ser porque esse tipo de cavalo era considerado mais bonito... E também não era qualquer cavalo... era um cavalo branco... Esse príncipe forte, bravo, justo, digno... cheio de honrarias e encantos deveria salvá-la. Isso era certo, toda a sua infância ouvira falar nisso, gerações e gerações de mulheres, suas antepassadas, acreditaram nisso. Por que com ela, logo com ela... o encantado não viria? Ele tinha de vir... Ele tinha obrigação de vir – ou predestinação... Sabe-se lá... E assim ela passava os seus dias, esperando pelo príncipe encantado que um dia viria...

A história que eu vou contar para vocês não é de uma princesa encantada, nem de castelos, nem de um lindo príncipe louro no cavalo branco. Mas tem a ver com isso, tem a ver um pouco com isso.

Irei falar sobre uma mulher real, que provavelmente acreditou em castelos e em príncipes, já que muitos consideram sua literatura

¹ Doutoranda em História pela USP e professora da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ruaformosa@hotmail.com

romântica. Em toda a assertiva morfológica que a palavra “romântica” pode abarcar, do ponto de vista literário, a literatura dela é considerada romântica, entendido, mesmo, o romantismo como uma espécie de pensamento conservador, ou perdido em algum lugar do passado. Afinal, como diz a música de Vander Lee, “românticos são poucos, românticos são loucos” (LEE, 1999).

Talvez tenha sido necessário, mesmo, um pouco de romantismo e de loucura para fazer o que Maria Firmina dos Reis fez em 1859: publicar um romance intitulado *Úrsula*, em São Luís, capital do Maranhão, falando, como de praxe, de uma personagem feminina que se apaixona pelo jovem mancebo, que também se apaixona por ela – o que no romance romântico é sempre muito interessante.

Mas claro que todo romance tem de ter drama, porque, se não tiver drama, também não tem graça; aprendemos, desde *Tristão e Isolda*, depois com *Romeu e Julieta*, que amor, mesmo, romance, mesmo, para ser de verdade, tem de fazer a gente sofrer e chorar... Se não, não é amor. Se não... não valeu...

O romance *Úrsula* tem tudo isso: paixão, amor, traição, drama e muitas... muitas lágrimas. E tem também uma história bem densa sobre os escravos do século XIX, o que faz de Maria Firmina dos Reis pioneira na escrita sobre a escravidão, ainda mais se lembramos que estamos falando de São Luís do Maranhão, em 1859. Todos sabemos que a escravidão, naquela cidade, era muito violenta: açoites, chibatadas, castigos. Negro escravo era tratado como mercadoria. Não só em São Luís, mas em todo o país, nesse período.

Portanto, é sobre essa senhora maranhense que irei falar e da sua importância na escrita feminina do Brasil no século XIX. Agora, vamos ao discurso de historiador, que é “a obrigação do nosso ofício” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7), sobre Maria Firmina dos Reis, cuja “mente ninguém pôde escravizar”! (REIS, 2004, p. 38).

No dia 11 de agosto de 1860, o jornal *A Moderação* trazia em sua edição a seguinte notícia:

ÚRSULA: Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis,

professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

Foi dessa maneira que a cidade de São Luís tomou conhecimento da publicação do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, naquela época com 34 anos, já professora concursada na cidade de Guimarães, interior da província.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, e morreu em 1917, na vila de Guimarães, interior da província, para onde se mudou aos cinco anos de idade.

Iniciou sua carreira literária com a publicação do romance *Úrsula*, em 1859, talvez o primeiro romance de autoria feminina no Brasil. Escritora e professora, mestiça e abolicionista, foi responsável pela fundação da primeira escola mista, para meninos e meninas, no Maranhão (CARVALHO, 2006, p. 53-69; DUARTE, 2004; MENDES, 2006; MORAIS FILHO, 1975; MUZART, 2000; OLIVEIRA, 2007; PACHECO, 2005; SANTIAGO, 2006; TELLES, 1997).

Meu objetivo é acompanhar a trajetória de Maria Firmina dos Reis e sua obra, visto que ela dedicou grande parte dos seus trabalhos para discutir e debater a escravidão no Maranhão, tanto em seu principal romance, *Úrsula*, de 1859, como no conto “A escrava”, de 1887, e também em diversos jornais do período, nos quais a escritora publicou poemas e charadas. É autora também da letra do hino de libertação dos escravos no Maranhão.

Fato singular, porque, nos idos do século XIX, a escrita pública era uma prática considerada masculina, poucas mulheres se arvoravam no mundo das letras e, quando faziam isso, na grande maioria das vezes, escreviam sobre fatos triviais, amores, poesias adocicadas, uma literatura perfumada de “bicos e bordados”. Tocarem em assuntos tão sérios, como a escravidão ou a abolição, era reservado ao homem (HOCK-DEMARLE, 1991, v. 4, p. 171-172).

Apesar de algumas referências nos jornais do período, tais como *O Noticiário*, *A Moderação*, *A Verdadeira Marmota*, *Jardim dos Maranhenses* e *A Imprensa*, o romance de Maria Firmina passou

muito tempo no ostracismo, talvez pela singularidade de sua obra, talvez mesmo pela singularidade da própria escrita de autoria feminina, como aponta o noticiário de *A Verdadeira Marmota* (1861):

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bons escritores; porque reúne à graça do estilo vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir. Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós, os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

A participação das mulheres no mundo da escrita, e principalmente da escrita pública, era bastante reduzida no século XIX; a participação feminina naquilo que Henriques Leal intitulou “Pantheon Maranhense” (LEAL, 1987) era pouca, visto que, se pensarmos historicamente, as mulheres passaram muito tempo sem acesso à educação e à possibilidade da escrita.

Maria Firmina foi autodidata, por esforço próprio conseguiu romper a cadeia da exclusão das mulheres no mundo das letras e, mesmo assim, quando publicou *Úrsula*, em 1859, não ousou colocar seu próprio nome na capa – é o romance feito “por uma maranhense”; e também, no prefácio, recorreu àquilo que era praticamente comum a todas as escritoras do século XIX no Brasil – um pedido de desculpa:

Mesquinho e humilde livro é esse que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me

cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, op. cit., p.13).

Nesse sentido, Maria Firmina tinha clareza de que o lugar que ela tentava ocupar no mundo das letras era de difícil acesso para as mulheres. Pede desculpas, reconhece que, por ser mulher, sua tarefa era mais árdua, porque teria de enfrentar muitos obstáculos. Afinal, contrariando a morfologia do termo, no século XIX, a palavra era masculina, o que ficava para as mulheres era o silêncio.

Maria Firmina, assim como muitas escritoras do século XIX, passou muito tempo no ostracismo, tendo sido “resgatada” por José Nascimento Morais Filho em 1975, na sua obra *Maria Firmina*: fragmentos de uma vida, em que o autor reuniu escritos de Maria Firmina em alguns jornais, depoimentos de ex-alunos e alunas dela e reeditou os contos “A escrava” e “Gupeva”. No mesmo ano, Horácio de Almeida reeditou *Úrsula* em edição fac-similar.

A terceira edição de *Úrsula* só saiu em 1988, no centenário da Abolição, para, mais uma vez, a autora ser relegada ao esquecimento, até que, em 2004, a editora Mulheres publicou a quarta edição do romance e reeditou também o conto “A escrava”.

Maria Firmina é considerada por muitos críticos a primeira romancista brasileira, já que Nísia Floresta Brasileira Augusta, ao publicar seu romance-panfleto *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832, teria feito uma tradução livre do livro de Mary Wollstonecraft, escritora inglesa que, em 1792, publicou *A vindication of the rights of woman* [Reivindicação dos direitos da mulher], no qual defendia, para as meninas, educação igual àquela a que os meninos tinham acesso. Porém, para a principal estudiosa de Nísia Floresta, Constância Lima Duarte, o que Nísia teria feito seria uma adaptação desse romance para a realidade brasileira.

Também podemos lembrar de Teresa Margarida da Silva e Orta, que, ao publicar *Aventuras de Diófanes*, em 1752, teria sido, para alguns críticos, a primeira mulher brasileira a publicar um romance. Mas, para

Heron de Alencar, o livro “não é brasileiro, não diz respeito ao Brasil, nem exerceu a mínima influência em nossa literatura. Sua autora aqui apenas nasceu, é de completa formação europeia, e o livro é confessadamente uma imitação de Fénelon, não pode ser incluído nos quadros da literatura brasileira” (ALENCAR apud MORAIS FILHO, 1975).

Polêmicas à parte, o que percebo nos escritos de Maria Firmina dos Reis é o caráter audacioso de sua obra, como já dito aqui. Falar de “bicos e bordados”, fazer uma determinada literatura “de perfumaria” era algo permitido e até bem-visto para as moças de boa família, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX. Escrever alguns versos, publicar em algum jornal, ter seus álbuns de recordação escritos era até considerado de bom-tom. Mas escrever contra a escravidão, colocar os cativos para falar nos seus escritos, criticar a sociedade contemporânea não deve ter sido fácil. Tanto que, apesar de Nascimento Morais Filho (1975) afirmar que as obras de Firmina tiveram boa acolhida na sociedade maranhense, seu esquecimento e silenciamento fazem-me pensar o contrário. O silêncio e o esquecimento, nesse caso, são reveladores ou, pelo menos, instigadores. Como aponta Eduardo de Assis Duarte: “O resultado é que uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais um século. Sílvio Romero e José Veríssimo a ignoram. E muitos dentre os expoentes de nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes” (DUARTE, op. cit.).

Maria Firmina dos Reis fez muito mais do que uma literatura de embelezamento: escritora abolicionista, dedicou boa parte de sua obra a discutir a questão da escravidão; o romance *Úrsula*, de 1859, e o conto “A escrava”, de 1887, são obras em que percebo claramente a inserção de Firmina no âmbito da discussão abolicionista.

Nesse sentido, tanto o romance como o conto ajudam-me a entender a lógica social da vida desses cativos, pelo menos do ponto de vista e do olhar de Maria Firmina dos Reis, que, inserida em seu contexto social, pode ajudar-me a saber um pouco mais sobre a vida dos escravos no Maranhão do Oitocentos.

O romance *Úrsula* é uma narrativa romântica em que Tancredo e Úrsula sofrem uma série de dificuldades para vivenciar sua paixão romântica, pois o tio de Úrsula deseja a sobrinha para si. Senhor de

escravos, cruel, o comendador P. assassina Tancredo, então noivo de Úrsula. A jovem, por conta desse acontecimento, acaba enlouquecendo e levando seu tio também à loucura. Após a morte de Úrsula, o tio também morre de desgosto, por ter desgraçado a vida da sobrinha.

No entanto, instigantes mesmo, no romance, são as personagens cativas que, por seus atos e falas, deixam-nos perceber escravos que não são apenas pobres vítimas da escravidão, mas que atuam, rebelam-se contra o senhor cruel e falam com amargura sobre a sua situação. A personagem Preta Suzana é exemplar, quando denuncia na narrativa como foi seu processo de trasladação para o nosso país:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, op. cit., p. 117).

Se pararmos para pensar, Maria Firmina publicou o romance *Úrsula* dez anos antes da publicação do famoso poema “Navio negreiro”, de Castro Alves, de 1869, em que o poeta fazia a denúncia da viagem dos cativos nos porões dos navios negreiros. Ora, isso nos atesta, mais uma vez, o pioneirismo de Maria Firmina. Assim como sua ousadia e sua coragem de falar e denunciar assunto tão delicado, visto que sabemos que o tráfico de escravos já estava proibido no Brasil, desde 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.

Podemos perceber também que, no romance *Úrsula*, as três personagens escravas, Túlio, Preta Suzana e Antero, falam sobre a escravidão numa perspectiva crítica; falam também da saudade da África, da diáspora. Preta Suzana, mais uma vez, fala da saudade que sente de sua terra natal:

– Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo se respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. (Idem).

Diferentemente dos demais romances abolicionistas, como *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, em que a personagem, quando se pronunciava, era sempre para lamentar a triste sorte de ter nascido escrava, mesmo sendo branca, de ter nascido cativa, mesmo tendo tantos dotes – dotes de senhorinhas, de sinhás. Isaura não se lamentava contra a escravidão, porque, como escrava, era passiva, submissa, refém da crueldade de um senhor verdugo. O que Isaura lamentava era sua situação paradoxal: por que branca, se escrava? Por que cheia de dotes, se cativa? (CARVALHO, op. cit., p. 53-69; MARTIN, 1988).

A obra de Bernardo Guimarães, mesmo abolicionista, não avança muito sobre a discussão da escravidão. *A escrava Isaura* retrata, como já disse, uma situação paradoxal. Porque, para seu narrador, Isaura não deveria ser cativa, apenas tinha nascido assim por uma má sorte, por um capricho do destino.

O que percebo no romance *Úrsula*, nos contos “A escrava” e “Gupeva”, de 1865, nos hinos que Firmina compôs – também era compositora, autora do hino de libertação dos escravos no Maranhão – e em sua obra poética, espalhada em diversos jornais do período, entre eles *Jornal do Comércio*, *A Moderação*, *A Verdadeira Marmota*, *Jardim dos Maranhenses* e *A Imprensa*, é que Maria Firmina dos Reis construiu uma voz dissonante sobre a escravidão e uma forma nova

de falar sobre os cativos no Maranhão e também na literatura brasileira no período. Pioneira, como escritora de romance, abolicionista, fundadora da primeira escola primária mista para meninos e meninas, no interior de Guimarães.

Outra característica importante é que Maria Firmina dos Reis figura como uma das poucas mulheres negras abolicionistas no século XIX, pois sabemos que a campanha abolicionista no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, foi perpetrada por abolicionistas homens, em sua grande maioria, brancos, filhos da elite escravocrata, que se formaram no exterior e voltaram ao país com os ideários positivistas, liberais e abolicionistas, pois, só livrando o país da “mancha negra da escravidão”, poderia o Brasil figurar no rol das nações desenvolvidas.²

O que me impressiona em Maria Firmina dos Reis é sua formação autodidata, sua voz dissonante e pioneira na literatura brasileira, em relação à abolição, já que, como já salientei, Firmina constrói a imagem do escravo numa outra perspectiva, visto que o escravo em sua obra é aquele que tem individualidade, que é colocado em pé de igualdade com as personagens brancas; o escravo que não é vítima da escravidão, passivo diante da sociedade escravocrata. O escravo firminiano é, antes de tudo, aquele que fala da África, que só reconhece a verdadeira liberdade, no tempo em que vivia naquela África saudosa e nostálgica.

A narrativa de *Úrsula* deixa-me perceber claramente o sentido que Firmina constrói para a vida dos cativos aqui, colocando-os como personagens que falam sobre o tempo de liberdade na África, a captura, o processo de viagem no navio negreiro, sobre as memórias de uma África ausente.

Nessa mesma perspectiva, no conto “A escrava”, publicado em 1887 na *Revista Maranhense*, a personagem principal, que não tem nome e da qual só sabemos que se trata de uma senhora da sociedade, em meio a uma reunião social, profere as seguintes palavras:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio, porque o comércio e a lavoura

2 No entanto, é preciso salientar que tivemos algumas exceções, como Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, negros abolicionistas. Sobre a trajetória de Luís Gama, ver AZEVEDO, 1999; sobre André Rebouças, ver COSTA, 1982.

caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura, porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado. Ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha, porque de frente ativa e desassomburada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Em balde procurará um dentre nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... (Ibidem).

O ano é 1887, um ano anterior à abolição da escravidão no Brasil. Essas frases poderiam ter sido proferidas por vários abolicionistas no final do século XIX – afinal, os argumentos repetem-se: a escravidão emperrava o progresso do país, envergonhava-nos perante as outras nações, atrapalhava o comércio. Estávamos, do ponto de vista desses senhores, na contramão da História e de um processo civilizatório e industrial.

No entanto, a singularidade desse discurso deve-se a ter sido ele escrito por uma mulher, e mulher negra, maranhense, talvez a primeira escritora brasileira a publicar um romance.

O próprio fato de ser uma mulher que clama contra a escravidão já é singular, visto que, mesmo nos romances, como o já citado *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, a fala abolicionista está na boca das personagens masculinas. Portanto, ser uma mulher que, em um salão, começa a proferir discurso contra a escravidão no Brasil é algo bastante singular e ousado.

O que me interessa aqui é tratar a singularidade do conto “A escrava” e acompanhá-lo no desenrolar de sua narrativa. O conto inicia-se pela narrativa de uma senhora que, no meio de um salão nobre, conta a triste sorte da escrava Joana, que, por estar sendo perseguida por um feitor feroz, é protegida por ela. A senhora, depois, vem a saber que Joana é escrava de um senhor mau e cruel, que havia vendido seus filhos gêmeos, separando-os da mãe. Joana enlouqueceu e ficou sob os cuidados de seu outro filho, Gabriel, também cativo, também vítima das atrocidades daquele mesmo senhor.

Joana e Gabriel são protegidos pela senhora que narra a história e que faz parte da sociedade abolicionista da província e também do Rio de Janeiro. A senhora enfrenta o proprietário e compra a alforria dos dois escravos. Mesmo assim, Joana morre enlouquecida.

Ao longo de todo o conto, os escravos falam, contam seus sofrimentos, têm a possibilidade de expressar-se pela narrativa, e não são escravos paradoxais. Pela fala de Joana, percebo como a cativa enfrenta e sente na pele a escravidão:

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a que as lágrimas de uma pobre mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. [...] A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vezes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. [...] Ah! Minha senhora! [...] Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado o meu senhor, o feitor, e o infame traficante. Ele e o feitor arrastavam, sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe. (Ibidem).

São negros, cativos comuns, como milhares de tantos outros que penavam, viviam e morriam no jugo da escravidão. São vidas cotidianas, de cativos de lavoura, que não sabem tocar piano, não sabem ler nem escrever, não têm a beleza branca da casta Isaura.

Não são também apenas vítimas; afinal, fogem e rebelam-se, não aceitam passivamente a triste sina a que supostamente estão condenados. Ora, podemos perceber que a escrita de Maria Firmina dos Reis pretendia, de fato, denunciar a escravidão e seus males, numa sociedade ainda aristocrata, escravocrata e elitista do Maranhão no fim do século XIX.

Para termos dimensão da delicadeza dessa temática, basta lembrar a polêmica e o alvoroço causados pela publicação, em 1881 – seis anos antes do conto de Firmina –, do conhecido romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo, em que o autor denunciava o caráter elitista e racista da sociedade ludovicense. O mulato Raimundo é proibido de casar-se com Ana Rosa, filha de um comerciante local, simplesmente pela sua cor, estigma que carregava e dizia qual era o lugar social que deveria ocupar. Nas pala-

bras de Dona Bárbara, avó de Ana Rosa, Raimundo era “o mulato”, “o cabra”, “o sujo”.

A fúria firminiana de 1887, no conto “A escrava”, recaiu sobre essa mesma sociedade elitista e escravocrata, que tratava o escravo como coisa: “Ah! Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata!” (Ibidem, p. 253).

Além dessas duas obras específicas sobre a questão da escravidão, Firmina escreveu muito mais. No livro *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*, de 1975, Nascimento Morais Filho apresenta pesquisa minuciosa sobre a obra firminiana: há poemas publicados por muitos jornais da cidade e o conto “Gupeva”, com temática indianista. Mais uma vez encontramos nossa escritora trabalhando uma temática delicada: a da situação do indígena no nosso país.

Entre os poemas publicados por Firmina, podemos destacar alguns em que novamente a temática da escravidão vem à tona:

E cantavam na senzala,
Os negros, canção chorosa
E dizia a voz sentida:
– Oh doce amante extremosa.
[...]
E na triste senzala a mesma voz,
Com que prosseguia em seu cantar,
Tinha pranto na voz, que era queixosa,
Que revela angústia, e aflito azar. (MORAIS FILHO, 1975)³

E, por fim, temos a letra do hino à liberdade dos escravos, composição e letra de Firmina:

Salve, Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmãos. (Ibidem)

Maria Firmina dos Reis construiu uma voz dissonante na literatura do século XIX, principalmente por ser uma mulher escritora, em um período no qual a escrita pública era quase exclusivamente masculina; é voz dissonante também por ser mulata, autodidata, e por escrever sobre os escravos de uma perspectiva completamente diferente de outros literatos, como Bernardo Guimarães e José de Alencar, em cujas obras os cativos eram vistos como vítimas da escravidão ou como elementos perniciosos no contato com as famílias brancas. Para esses autores, a escravidão precisava ser abolida porque, antes de tudo, ela era um grande mal para a elite do país. Maria Firmina pensava de forma diferente e, pela primeira vez em nossa literatura, em 1859, deu vez e voz aos cativos e tentou perceber a escravidão sob a lógica social dos próprios escravos. O escravo firminiano, como já disse, não é apenas vítima passiva da escravidão, é dotado de humanidade, de caráter, e saudoso de uma mãe África ausente. Por tudo isso, acreditamos que a voz de Maria Firmina merece ser ouvida mais uma vez!

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

3 Poema “Elvira”, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 17 de fevereiro de 1862.

- CARVALHO, Claunísio Amorim. *Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. *Ciências Humanas em Revista*, v. 4, n. 2, p. 53-69, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.
- DUARTE, Eduardo de Assis. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira”. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula. A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.
- FARIA, Regina Helena Martins. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão*. Monografia (Especialização em História Econômica) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. “Ler e escrever na Alemanha”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. São Paulo: Ebradil, 1991. p.171-172. v. 4.
- LEAL, Antônio Henriques. *Phantheon maranhense*. 2. ed. São Luís: Alhambra, 1987. 2 v.
- LEE, Vander. *No balanço do balaio*. Rio de Janeiro: Kuarup, 1999. 1 CD.
- MARTIN, Charles. “Uma rara visão de liberdade”. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.
- MENDES, Algemira Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representações, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: COCSN, 1975.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Maria Firmina dos Reis”. In: _____ (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- PACHECO, Oneth de Jesus Alves. *Maria Firmina dos Reis: trajetória e luta da romancista negra no Maranhão escravocrata do século XIX*. Monografia (curso de História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.
- _____. *Úrsula*. 3. ed. Organização, atualização e notas de Luíza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.
- _____. *Úrsula. A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)*. São Luís: Sioge, 1990.
- SANTIAGO, Luciana Ayres Coimbra. *A busca pela mulher e escritora oitocentista maranhense Maria Firmina dos Reis: recuperando trajetórias de sua vida*. Monografia (curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 226.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

Jornais

Jornal do Comércio, A Moderação, A Verdadeira Marmota, Jardim dos Maranhenses, A Imprensa, Eco da Juventude, Publicador Maranhense, Porto Livre, O Domingo, O País, A Revista Maranhense, Diário do Maranhão, A Pacotilha, Federalista – exemplares do período de 1860 a 1917 consultados na Biblioteca Estadual do Maranhão Benedito Leite.

Recebido em maio de 2009 e aceito em maio de 2010.